

Rua Governador Valadares, n° 72, Centro, CEP: 39.630-000 CNPJ n° 18.348.730/0001-43 - Estado de Minas Gerais

## CONTRATO:181/2024

PROCESSO Nº 87/2023

#### PREGÃO PRESENCIAL Nº 47/2023

- 1. MUNICÍPIO DE VIRGEM DA LAPA, Órgão Gerenciador deste contrato, situado na Rua Governador Valadares, nº 72, Centro, inscrito no Cadastro de Pessoas Jurídicas sob o n° 18.348.730/0001-43, representado neste ato pelo Sr. DIÓGENES TIMO SILVA, portador do CPF: 147.164.966-00 e do RG MG-1.204.194, residente e domiciliado em Virgem da Lapa, doravante denominado ÓRGÃO GERENCIADOR, nos termos das disposições legais aplicáveis e do disposto no Edital do Pregão (Presencial) nº 47/2023, que contrato, de acordo com o resultado da classificação das propostas apresentadas e transcurso o prazo para interposição de recursos, resolve registrar os preços das empresas abaixo identificadas, por item, a seguir denominadas simplesmente FORNECEDOR, que firmam 0 presente contrato, observadas as disposições do Edital e as cláusulas deste instrumento.
- 2. Fornecedor: A empresa ARILTON DE SOUZA GOMES LTDA estabelecida à Rua Geraldo Raimundo Amaral nº:19 A, Bairro: Centro, Berilo/MG, CEP: 39640-000, inscrita no Cadastro de Pessoas Jurídicas sob o nº:40.172.193/0001-82, neste ato representada pela proprietário Sr.(a) Arilton de Souza Gomes, brasileiro, autônomo, solteiro inscrito(a) no Cadastro de Pessoas Físicas sob o nº.121.216-646-96, portador(a) do RG 18.620.107 residente e domiciliado Rua: Geraldo Raimundo Amaral nº:19, Letra C, Bairro: Centro, Berilo/MG, CEP: 39640-000 nº:19 A, Bairro: Centro, Berilo/MG, CEP: 39640-000, do tipo menor preço, em regime de empreitada por preços unitários, nos termos das cláusulas e condições que seguem:

#### I - OBJETO

- 2.1. Constitui o presente contrato prestação de serviços de controle sanitário de combate a pragas e agentes biológicos (dedetização e assemelhados) para atender as Secretarias Municipais.
- 2.2 Deverão ser respeitadas as especificações e condições de fornecimento contidas no Edital que precedeu o contrato, que dela fica fazendo parte integrante.

Item	Qtde	Unidade	Material/Serviço	Preço Unit.	Preço Total
001	9000	M²	32524 - Serviço de Dedetização e Desratização feita com produtos de qualidade, com micro pulverização, sendo eficiente no combate de qualquer praga, tais como: baratas, ratos, formigas, pulgas, aranhas, escorpiões e traças. Produtos registrados no ministério da Saúde, com o número de registro e químico responsável. Considerando as características especificas de cada local relacionado. A aplicação deverá ser feita de forma diferenciada, de acordo com a área, a exigência do local e animal predominante. Considerar o tipo de produto escolhido e a forma de aplicação para evitar possíveis intoxicações ou intolerância. A empresa deverá emitir certificado dos serviços realizados, constando data do procedimento e prazo para próxima realização do mesmo. Desratização: Controle integrado de ratos, através de iscas e armadilhas estratégicas; Descupinização: Aplicação de produtos químicos nos pontos infestados (rodapés, batentes, moveis) com formação de uma barreira química protetora no solo, para impedir q		66.240,00
Valor Total:					66.240,00



Rua Governador Valadares, n° 72, Centro, CEP: 39.630-000 CNPJ n° 18.348.730/0001-43 - Estado de Minas Gerais

- 2.3. O gerenciamento deste contrato, caberá a Secretaria da PREFEITURA MUNICIPAL DE VIRGEM DA LAPA por meio do Setor de Compras e Licitações, que juntamente com o responsável ou pessoa indicada pela secretaria solicitante dos produtos que efetuará o recebimento e a conferência quanto a sua correta especificação e atendimento ao item 1.2.
- 2.4. A presente contratação será fiscalizada e gerenciada em especial pelo Setor de Compras e Licitações, vinculado à Secretaria da Prefeitura Municipal.
- 2.5. Durante a vigência do contrato, qualquer Órgão ou Entidade da Administração poderá utilizar o contrato, mesmo que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem.
- 2.6. As aquisições ou contratações adicionais durante o contrato, por qualquer órgão ou entidade da administração pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 3 (três) vezes os quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados no contrato para o órgão gerenciador e órgãos participantes.
- 2.7. O quantitativo decorrente do contrato não poderá exceder, na totalidade, a 9 (nove) vezes o quantitativo de cada item registrado no contrato para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem.

#### III - DA AQUISICAO E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 3.1. As solicitações decorrentes do certame serão formalizadas pela entrega da Nota de Empenho/Autorização de Fornecimento ou documento equivalente para licitante vencedora pela PREFEITURA MUNICIPAL DE VIRGEM DA LAPA através do setor ou secretaria requerente.
- 3.2. As despesas decorrentes das aquisições correrão por conta da dotação orçamentárias do presente exercício e do exercício seguinte sendo aquelas descritas nas Autorizações de Fornecimento.

#### IV - DOS PREÇOS

- 4.1. Os preços a serem pagos ao fornecedor, serão conforme a classificação do Pregão Presencial que a antecedeu, sendo que serão os vigentes na data da "Requisição/Pedido", independentemente da data de entrega dos produtos.
- 4.2. Os preços referidos constituirão, a qualquer título, a única e completa remuneração pela entrega dos produtos objeto deste contrato.
- 4.2.1. Os produtos com seus respectivos valores registrados integram no presente contrato em seu anexo I.



Rua Governador Valadares, n° 72, Centro, CEP: 39.630-000 CNPJ n° 18.348.730/0001-43 - Estado de Minas Gerais

4.3. Os preços referidos constituirão, a qualquer título, a única e completa remuneração pelo fornecimento dos materiais objeto deste contrato, incluído frete até os locais a serem designados pela PREFEITURA.

## V - REAJUSTES/REVISÕES DOS PREÇOS

- 5.1. O preço contratado é fixo e irreajustável.
- 5,2. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 5.3. A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.
- 5.4. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 5.5. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

#### VI - VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

6.0. O prazo de vigência deste Termo de Contrato é de 31/12/2024, contados do 02/08/2024, prorrogável na forma do art. 57, §1º, da Lei nº 8.666, de 1993.

#### **PREÇO**

- 6.1. O valor do presente Termo de Contrato é de R\$ 66.240,00(sessenta seis mil e duzentos guarenta reais).
- 6.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

#### VII -DA FORMA DE EXECUÇÃO

- 7.1. A CONTRATADA deverá cumprir e fazer cumprir todos os requisitos descritos nas RDC s descritas neste Termo de Referência:
  - RDC nº 18, de 29 de fevereiro de 2000;
  - RDC n° 326, de 09 de novembro de 2005;
  - RDC n° 339, de 07 de dezembro de 2005;
  - RDC/ANVISA- nº 52, de 22 de outubro de 2009;
  - RDC n° 20, de 12 de maio de 2010; e
  - RDC nº 622, de 09 de março de 2022.
- 7.2. Os serviços do objeto deste Termo de Referência deverão ser executados nas unidades a serem especificadas pelo CONTRATANTE, no âmbito do Município de Virgem da Lapa/MG.
- 7.3. Os serviços serão solicitados, preferencialmente, pelo Gestor do Contrato, ou por servidor designado para tal, por meio de e-mail institucional a ser encaminhado para e-mail indicado pela CONTRATADA.



Rua Governador Valadares, n° 72, Centro, CEP: 39.630-000 CNPJ n° 18.348.730/0001-43 - Estado de Minas Gerais

- 7.4. Recebida a solicitação de serviço, a CONTRATADA deverá agendá-la no prazo máximo de até 02 (dois) dias úteis e realizá-lo em até 10 (dez) dias corridos do recebimento da solicitação. O agendamento deverá ser comunicado ao CONTRATANTE, que notificará as unidades da data de execução dos serviços.
- 7.5. Os serviços do objeto deste Termo de Referência deverão ser executados em dias úteis, ou seja, de segunda a sexta-feira, no horário comercial de 08h (oito horas) às 16h (dezoito horas), ou em dia e horário a ser acordado com o Gestor do Contrato.
- 7.6. A CONTRATADA deverá refazer, por sua conta e risco, os procedimentos relativos aos serviços do objeto deste Termo de Referência que for rejeitado, dentro do prazo máximo de até 05 (cinco) dias úteis, a contar da data da notificação, sem prejuízo da aplicação de sanções previstas na legislação vigente.
- 7.7. O serviço do objeto deste Termo de Referência que for rejeitado e não for possível de ser refeito, não será objeto de cobrança pela CONTRATADA.
- 7.8. O transporte dos produtos e equipamentos necessários à execução dos serviços do objeto deverão respeitar as exigências da RDC nº 52/09 e RDC 622/22 da ANVISA.
- 7.9. Os produtos para execução dos serviços do objeto deste Termo de Referência deverão ser acondicionados adequadamente, de forma a permitir completa segurança e resistência durante o transporte, devendo constar na embalagem: quantidade, procedência, marca, referência, fabricante, entre outros critérios, e de acordo com a legislação em vigor.
- 7.10. É de responsabilidade da CONTRATADA o transporte seguro dos produtos, equipamentos e profissionais necessários a execução dos serviços do objeto.
- 7.11. Todas as despesas e encargos incidentes sobre o transporte dos produtos necessários a execução dos serviços do objeto até o local de prestação de serviços como: frete, impostos, taxas e outras são de responsabilidade da CONTRATADA.
- 7.12. É de responsabilidade da CONTRATADA a inutilização e descarte das embalagens dos produtos utilizados na execução dos serviços do objeto, devendo respeitar as exigências da RDC 52/09 e RDC 622/22 da ANVISA.
- 7.13. Os produtos utilizados deverão ter as seguintes características:
  - a) não causarem manchas;
  - b) serem antialérgicos;
  - c) tornarem-se inodoros após 90 (noventa) minutos da aplicação;
  - d) serem inofensivos à saúde humana;
  - e) estarem compreendidos dentre aqueles permitidos pela Portaria 10/85 e suas atualizações, da Agência Nacional de Vigilância Sanitária do Ministério da Saúde;
  - f) aqueles aplicados nos espelhos d'água para combate às larvas de moscas não deverão ser nocivos às plantas e peixes;
  - g) não danificarem ou causarem a morte da plantas dos canteiros, árvores e gramados.



Rua Governador Valadares, n° 72, Centro, CEP: 39.630-000 CNPJ n° 18.348.730/0001-43 - Estado de Minas Gerais

- 8.1 O prazo para pagamento será de até 30 (trinta) dias a contar da data final do período de adimplemento de cada parcela, ou do objeto do contrato, em caso de entrega única.
- § 1° O pagamento será efetuado mediante apresentação da nota fiscal de venda e dar-se-á em até 30 (trinta) dias após a entrega do objeto contratado e a apresentação das respectivas notas fiscais.
- § 2° Os preços poderão ser corrigidos a cada trimestre, conforme estabelecido no instrumento convocatório.
- § 3° Em caso do proponente não enviar nova tabela a cada trimestre, fica tendo validade à tabela anterior.
- § 4° A existência deste certame não obriga a Administração a adquirir todas as mercadorias objeto dessa contratação, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao contratado do registro preferência em igualdade de condições.
- 8.2. Caso venha ocorrer a necessidade de providências complementares por parte da detentora, a fluência do prazo será interrompida, reiniciando-se a sua contagem a partir da data em que estas forem cumpridas.
- 8.3. Os pedidos de pagamentos deverão vir devidamente instruídos com a seguinte documentação:
- 8.3.1. Cópia da requisição do fornecimento do material;
- 8.3.2. 1ª via da Nota Fiscal ou Nota Fiscal Fatura;
- 8.3.3. Fatura, no caso de Nota Fiscal;
- 8.3.4. Cópia reprográfica da Nota de Empenho;
- 8.3.5. Na hipótese de existir nota suplementar de empenho, cópia (s) da (s) mesma (s) deverá (ão) acompanhar os demais documentos.
- 8.4. Nos termos do inciso XV do art. 78 da Lei 8.666/93, o licitante deverá cumprir a ordem de fornecimento ou documento equivalente, mesmo estando a PREFEITURA em débito para com a Contratada, até o prazo de 90 (noventa) dias. Após esse período, poderá a mesma optar pela rescisão contratual.
- 8.5.Caso venha ocorrer a necessidade de providências complementares por parte da detentora, a fluência do prazo será interrompida, reiniciando-se a sua contagem a partir da data em que estas forem cumpridas.
- 8.6 Quaisquer pagamentos não isentarão a Contratada das responsabilidades contratuais, nem implicarão na aceitação dos materiais.
- 8.7 Por ocasião de cada pagamento, serão efetuadas as retenções cabíveis, nos termos da legislação específica aplicável.



Rua Governador Valadares, n° 72, Centro, CEP: 39.630-000 CNPJ n° 18.348.730/0001-43 - Estado de Minas Gerais

#### IX - OBRIGAÇOES DA CONTRATADA/DETENTORA

- 9.1. Cumprir, dentro dos prazos estabelecidos, as obrigações expressamente previstas neste instrumento.
- 9.2. Zelar e garantir a boa qualidade da prestação dos serviços, em consonância com os parâmetros de qualidade fixados e exigidos pelas normas técnicas pertinentes, expedidas pelo Poder Público;
- 9.3. Responsabilizar-se pelo transporte do produto de seu estabelecimento até o local determinado pela Contratante, bem como pelo seu descarregamento e acondicionamento;
- 9.4. Comunicar a ocorrência de qualquer anormalidade de caráter urgente que impossibilite o seu cumprimento, tão logo esta seja verificada, e prestar os esclarecimentos que julgar necessários à Contratante.
- 9.5. Arcar com todos os ônus necessários a completa entrega que efetuar, incluindo o pagamento de taxas e emolumentos, seguros, impostos, encargos sociais e trabalhistas, e quaisquer despesas referentes à entrega, inclusive licença em repartições públicas, registros e demais atos pertinentes.
- 9.6. Responder, civil e penalmente, por quaisquer danos, de qualquer natureza, que venham a sofrer seus empregados, terceiros ou a PREFEITURA, em razão de acidentes ou de ação, ou de omissão, dolosa ou culposa, de prepostos da CONTRATADA ou de quem em seu nome agir, decorrentes do ato de entrega e de armazenamento dos produtos.
- 9.7. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, as suas expensas, no todo ou em parte, o objeto de entrega, em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da entrega, salvo quando o defeito for, comprovadamente, provocado por uso indevido.
- 9.8. Em tudo agir, segundo as diretrizes da PREFEITURA.
- 9.9. Manter durante a execução do Contrato/Ata, todas as condições de habilitação exigidas para contratação, previstas na legislação em vigor.
- 9.10. Aceitar por parte da Prefeitura Municipal, nas mesmas condições contratuais, realizar acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato ou Ata de RP, conforme estabelecido no §1º do artigo 65.
- 9.11. Assinar Contrato ou documento equivalente originário da Ata de Registro de Preços.

#### X - OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE/PREFEITURA

- 10.1. Receber e conferir os produtos quando da entrega pela Contratada;
- 10.2. Comunicar e exigir a correção imediata de qualquer anormalidade nos produtos por ela (Contratada/Detentora) fornecidos.



Rua Governador Valadares, n° 72, Centro, CEP: 39.630-000 CNPJ n° 18.348.730/0001-43 - Estado de Minas Gerais

- 10.3. Efetuar o pagamento de acordo com o estabelecido neste Instrumento.
- 10.4. Proceder, sempre que julgar necessário, a análise (teste de qualidade) do produto fornecido pela Contratada para fins de verificação de qualidade.
- 10.5. Notificar a Contratada/Detentora, fixando prazo para correção das irregularidades ou defeitos encontrados.
- 10.6. Observar o disposto no Edital do Pregão Presencial.

#### **XI - PENALIDADES**

- 11.1. Além das sanções previstas no capítulo IV da Lei Federal nº. 8.666/93, no Edital de Licitação que precedeu esta Ata e demais normas pertinentes, a Detentora estará sujeita às penalidades abaixo discriminadas:
- 11.1.1. Multa pela recusa da Detentora do contrato em assinar o Termo de Contrato, quando cabível, ou retirar a Nota de Empenho, dentro do prazo estabelecido: 20,0% (vinte inteiros por cento) sobre o valor da contratação;
- 11.1.1.1 Incide na mesma multa prevista no subitem anterior a detentora que estiver impedida de assinar o Termo de Contrato ou retirar a Nota de Empenho pela não apresentação dos documentos devidamente atualizados quando solicitado.
- 11.1.2. Multa por dia de atraso na entrega do material programado: 1,0% (um por cento) por dia sobre o valor da quantidade entregue com atraso, até o máximo de 10 (dez) dias; A partir desta data será considerado o atraso como inexecução parcial ou total do ajuste, conforme o caso, observado o disposto na Cláusula 9.1 desta Ata de R.P., incidindo as consequências legais e contratuais daí advindas.
- 11.1.3. Multa pela entrega de material em desconformidade com as condições desta contrato: 15% (quinze inteiros por cento) sobre o valor do material a ser entregue, independentemente da obrigação de trocá-lo.
- 11.1.4. Multa por descumprimento de cláusula contratual e/ou exigência da Unidade Requisitante: 1,0% (um inteiro por cento) sobre o valor da Nota de Empenho.
- 11.1.5. Multa pela inexecução parcial da Ata: 20,0% (vinte inteiros por cento) sobre o valor da parcela inexecutada, ou sobre o valor da quantidade executada com atraso superior a 10 (dez) dias e inferior a 30 (trinta) dias; a partir desta data será considerado como inexecução total do contrato.
- 11.1.6. Multa pela inexecução total da Ata: 20,0% (vinte inteiros por cento) sobre o seu valor;



Rua Governador Valadares, n° 72, Centro, CEP: 39.630-000 CNPJ n° 18.348.730/0001-43 - Estado de Minas Gerais

- 11.1.7. Sanção de suspensão temporária do direito de licitar e contratar com a PREFEITURA MUNICIPAL DE VIRGEM DA LAPA MG, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, por falha ou fraude na execução do objeto do contrato.
- 11.2. As sanções são independentes e a aplicação de uma não exclui a das outras.
- 11.3. O prazo para pagamento das multas será de até 05 (cinco) dias úteis a contar da intimação da empresa apenada. A critério da Administração e em sendo possível, o valor devido será descontado da importância que a mesma tenha a receber da PREFEITURA MUNICIPAL DE VIRGEM DA LAPA MG. Não havendo pagamento pela empresa, o valor será inscrito como dívida ativa, sujeitando-se ao processo executivo.

#### XII - CANCELAMENTO DO CONTRATO

- 12.1. O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido nas hipóteses previstas no art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993, com as consequências indicadas no art. 80 da mesma Lei, sem prejuízo das sanções aplicáveis.
- 12.2. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.
- 12.3. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa.
- 12.4. A CONTRATADA reconhece os direitos do contratante em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 12.5. O termo de rescisão será precedido de Relatório indicativo dos seguintes aspectos, conforme o caso:
- a) Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
- b) Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
- c) Indenizações e multas.

## XIII - AUTORIZAÇÃO PARA UTILIZAÇÃO DA ATA E EMISSÃO DO EMPENHO

- 13.1. Caberá à Secretaria Municipal de Administração por meio do Setor de Compras, o gerenciamento, a administração e o controle do contrato devendo proceder conforme Decreto Municipal N° 015/2010 (que regulamenta o SRP).
- 13.2. A contratação e a emissão de empenho serão autorizadas, caso a caso, pelo titular da Pasta à qual pertencer a setor Requisitante, ou pela autoridade por ele delegada, ficando o setor responsável pelo cumprimento das disposições do contrato, bem assim da estrita observância das normas aplicáveis à matéria.
- 13.3. O cancelamento total ou parcial do empenho obedecerá a mesma regra.

## **XIV - DISPOSIÇÕES GERAIS**





Rua Governador Valadares, n° 72, Centro, CEP: 39.630-000 CNPJ n° 18.348.730/0001-43 - Estado de Minas Gerais

14.1 - A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações de que deles poderão advir, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, devidamente

justificada, sendo assegurada ao fornecedor a preferência em igualdade de condições.

14.2 - O fornecedor deste contrato deverá comunicar ao Departamento de Compras e Licitações, toda e

qualquer alteração dos dados cadastrais, para atualização, sendo sua obrigação manter, durante a vigência

de contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e

qualificação exigidas na licitação que a precedeu.

14.3 – Fica o fornecedor ciente que a assinatura deste contrato implica a aceitação de todas as cláusulas e

condições estabelecidas, não podendo invocar qualquer desconhecimento como elemento impeditivo do

perfeito cumprimento deste contrato.

14.5 - Fazem parte integrante deste contrato, para todos os efeitos legais, o Edital do Processo Administrativo

de Licitação nº 15/2021, seus Anexos e a Ata da Sessão Pública do Pregão Presencial.

XV - DO FORO

15.1. Fica eleito o foro da Comarca de Araçuaí, Estado de Minas Gerais, para dirimir eventuais conflitos de

interesses decorrentes do presente contrato, valendo esta cláusula como renúncia expressa a qualquer outro

foro, por mais privilegiado que seja ou venha a ser.

E, por estarem de inteiro e comum acordo, as partes assinam o presente contrato em 02 (duas) vias

de igual teor e forma, juntamente com 02 (duas) testemunhas.

Virgem da Lapa, 02 de Agosto de 2024.

DIÓGENES TIMO SILVA

PREFEITO MUNICIPAL

# PELO FORNECEDOR ARILTON DE SOUZA GOMES LTDA

Testemunhas:		
1	CPF:	
2	CPF:	



Rua Governador Valadares, nº 72, Centro, CEP: 39.630-000 CNPJ: 18.348.730/0001-43 - Estado de Minas Gerais

CPL PÁG\_